



Artigo Original

A CRISE DO CONTRATO SOCIAL DA MODERNIDADE, A EMERGÊNCIA DO FASCISMO SOCIAL E O LULISMO

Fernando da Rocha Rodrigues¹

¹Instituto Federal Goiano, Campus Urutai – GO, Rod. Geraldo Nascimento, km 2,5, Zona Rural. Urutai – GO. CEP. 7579-000.

*Autor para Correspondência: fernando.rodrigues@ifgoiano.edu.br

INFO ARTICLE

Histórico do artigo

Recebido: 20 de julho de 2018

Aceito: 12 de janeiro de 2019

Palavras-chaves:

Política

Fascismo social

Lulismo

RESUMO

O presente artigo propõe problematizar a situação política atual experienciada no Brasil. O ressurgimento de um pensamento conservador, fruto de uma grande crise social da modernidade que caminha rumo a emergência de um fascismo social e a verdadeira face da política do partido dos trabalhadores, suas conquistas, avanços, crises, e demonização de um presidente popular, ao mesmo tempo amado e odiado.

1. A Crise do Contrato Social da Modernidade, A Emergência do Fascismo Social.

O destacado sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2006) compôs uma contraposição analítica para pensar a racionalidade política e social da modernidade no mundo ocidental com a ideia de que, “o mundo contemporâneo experencia uma crise contratualista”. Ao mostrar a evidente tensão entre emancipação social e regulação, bem comum e interesses individuais, vontade geral e vontade individual, exclusão e inclusão, o autor se propôs discutir essas dicotomias dialeticamente, e para tal, retoma, como ponto de reflexão, as teorias contratualistas de Hobbes (2003), Rousseau (1757) e Locke (1979), demonstrando que a lógica do contrato social ora pensando anteriormente, e sua legitimação permanecem, porém em diversos movimentos articulados na sociedade atual.

A maioria dos contratualistas partem da lógica que o Estado deveria existir para emancipar a sociedade e protegê-la da característica malévola da natureza humana. Se, como pensava Hobbes, o homem é livre e mau, existe a necessidade de se limitar essa liberdade e domar a maldade. Portanto, o estado de natureza precisava ser talhado, e caminharia, inevitavelmente, para o estado societário de vivência social, amparado pelos olhos atentos do Estado recém-formado. Nesse caso, o homem perderia seu direito à liberdade individual, por um lado e ganharia o direito à liberdade política por outro lado. De acordo com Santos (2006, p.317)

O procedimento lógico que estabelece o carácter inovador da sociedade civil reside, como é sabido, na contraposição entre esta e o estado de natureza ou estado natural. Não

surpreende, pois, que as diferenças bem conhecidas na concepção do contrato social entre Hobbes, Locke e Rousseau se espelhem em diferentes concepções do estado natural ou estado de natureza. Quanto mais violento e anárquico é o estado de natureza, maiores são os poderes investidos no Estado saído do contrato social. As diferenças a este respeito entre Hobbes (1946), por um lado, e Locke (1952) e Rousseau, por outro, são enormes. Comum a todos eles, no entanto, são a ideia de que a opção de abandonar o estado natural para constituir a sociedade civil e o Estado moderno é uma opção radical e irreversível.

Nesse sentido, o Estado seria o ‘pelego’ de regulação e regulamentação do desenvolvimento social devendo representar a todos os indivíduos, sem distinção de classe ou características específicas, como o que já se sabe acerca dos valores fundantes do, “liberdade, igualdade, fraternidade”. Nesse aspecto é que se encontra a discrepância valorativa do Estado em sua formação e no que se refere a aceção de grupos e pessoas, daí o problema central, a crise dos valores sociais, conforme já fora dito acima. Isto posto, pode-se apontar que então, a funcionalidade do contrato social está intimamente concatenada com: o bem comum e vontade geral, dinheiro e mercadoria como concretizações deste sistema, pois se compara e mensura por esses elementos, e os espaços e tempos geográficos de controle, define sobre a violência legítima e o bem-estar social.

O autor privilegia o espaço-tempo estatal, nacional. Afirma o autor, se apropriando de ideias acerca das temporalidades como horizonte de experiência e horizonte de expectativa, (conforme já fora trabalhado por Reinhart Koselleck (2006) como a proposta do tempo em espiral,

portanto o horizonte de experiência refere-se ao passado, posto que, o horizonte de expectativa refere-se ao futuro); afirma que o tempo no qual se desenvolve os movimentos contemporâneos distancia-se absolutamente da perspectiva temporal estatal-nacional, como se pode observar os tempos do ciberespaço, que tem como característica a instantaneidade e os espaços estranhos como a questão ecológica, como derrubada das florestas, questões indígenas ou biodiversidades pela sua extensão e complexidade.

Nesse sentido, os problemas da contratualização moderna se consiste numa crise, posto que, as questões relacionadas aos processos de exclusão sobre os de inclusão, na medida em que o Estado privilegia certos grupos e se coloca em oposição a outros. Eis a questão principal do contratualismo moderno, a exclusão de alguns grupos, que sem legitimidade, são lançados a própria sorte sem o devido respaldo do Estado que concomitantemente os lança para o estado de natureza pura. Para o Santos (2006, p.321)

Por via desta divergência e das antinomias inerentes ao contrato social entre autonomia individual e justiça social, entre liberdade e igualdade, as lutas pela prossecução do bem comum foram sempre lutas por definições alternativas do bem comum. Essas lutas foram-se cristalizando em contratualizações parcelares, mediante a institucionalização dos conflitos, a concertação social, a negociação coletiva.

Dentre os aspectos que corroboram a transformação/adaptação do processo contratual, resultaram em três grandes constelações institucionais, essas, imbricadas no espaço-tempo nacional estatal: a socialização da economia, a politização do Estado, a nacionalização da identidade cultural.

A socialização da economia, instrumento da luta de classes, estão intimamente ligadas as transformações do capitalismo e não da superação deste. A regulação do tempo de trabalho, a regularização de salários etc. são exemplos da socialização da economia - fase da transformação da economia que se observa não coexistindo apenas o elemento 'capital', evidente que fatores como regulações, fatores de produção e mercado são considerados, mas, o fenômeno é também composto por trabalhadores, pessoas e classes com necessidades básicas, interesses intrínsecos e legítimos, e, em suma, direitos da cidadania, as vezes negligenciado pelo Estado.

Sob a gerência do Estado como fator decisivo da politização e socialização deste. Isso só foi possível no estado democrático - conforme aponta Foucault in o governo de si e dos outros. O Estado moderno anda lado ao lado com o capitalismo. Isto ocorreria devido a própria expansão da capacidade reguladora do Estado, que acabou por produzir as máximas: "Estado-Providência no centro do sistema mundial e o Estado Desenvolvimentista na periferia e semiperiferia do sistema mundial" Santos (2006 p.322). O Estado aos poucos, foi se constituindo em campo de luta e força política e nesse sentido, ele próprio se politizou.

A nacionalização da identidade cultural - caráter colonialista da modernidade ocidental - os estados coloniais sempre foram entendidos em seu estado de natureza. Nesse mecanismo as identidades inerentes a determinados grupos são diluídas frente por um lado e territorializadas/temporalizadas no espaço-tempo nacional. Essa "nacionalização da identidade cultural reforça os critérios de inclusão/exclusão que subjazem à socialização da economia e à politização do Estado, conferindo-lhes uma duração histórica mais longa e uma maior estabilidade" Santos (2006 p.322).

Esses diversos fenômenos ocorridos na configuração do Estado moderno, acarreta em si grandes riscos. Entre eles, o autor cunha um conceito de fascismo social. Não exatamente

se remetendo ao modelo fascista dos anos de 1930-40, mas, como elucidação de um regime social composto por diversas sub-formas de exclusão social, tais como: **fascismo do apartheid social** - apoiado na segregação dos excluídos em zonas específicas do espaço urbano. **Fascismo paraestatal**: relacionado por um lado com o aspecto contratual - onde a parte mais fraca permite as condições que lhes são impostas pela parte mais forte não conseguindo vislumbrar possíveis bandeiras de lutas e resistências (privatizações dos serviços públicos, de saúde, segurança etc.).

E por outro lado o fascismo territorial gerado pela usurpação o poder econômico e patrimonial, que se empoderam acima do próprio Estado e estabelecem regulações sobre os habitantes do território.

Fascismo da insegurança: o surgimento de novos mecanismos que prometem garantir uma melhoria na segurança social, frente ao ambiente de insegurança ou acidentes em que grupos vulnerabilizados estão inertes exatamente pela precariedade do trabalho e ausência de prerrogativas que assegurem de fato a cidadania. Nisso, existe a tentativa de criar horizontes de expectativas para um futuro mais seguro oriundo de mecanismos do setor privado à custa do suor e sangue da população frente a um pequeno ganho futuro; (fundos de pensão, plano de saúde etc.).

Fascismo financeiro: o mais terrível e o mais corriqueiro e virulento, pois, está ligado aos grupos que pretendem financeirizar partes das relações com o Estado para fins individualistas. Esse é de todos, o mais internacional, pois acaba regulando facções internacionais que englobam grupos que dominam grandes parcelas de negócios. O autor cita a educação privada nas universidades internacionais e diz que é preocupante e coloca em risco as universidades públicas, pois os projetos e pesquisas são de cunhos financeiros e lucrativos. Faz-se então cada vez menos projetos solidários frente a projetos individualistas em consonância com o capital.

Diante do que está dito, Santos (2002) aponta para as sociabilidades alternativas, a redescoberta democrática do trabalho e o Estado como novíssimo movimento social. Nesse sentido, o autor aponta que a crise do contrato social pode ser revertida de forma emancipatória se revertendo em uma reinvenção da democracia. Se organiza pelos seguintes meios: 1- transformar o conhecimento como regulação, para o conhecimento como emancipação. 2- Trazer o debate entre o que se considera ação conformista e ação rebelde, considerando-as como mecanismos em turbulência que deve ser revertido para uma análise macro da realidade social. 3- A reinvenção de espaços-tempo que permitam a deliberação democrática como um elemento maior.

O autor encerra a reflexão analisando a possibilidade de se estabelecer um novo contrato social, em que estaria em pauta a superação das diversas exclusões do contrato social da modernidade, e sobretudo o estabelecimento de uma redescoberta democrática do trabalho e da conversão do Estado em um novo movimento social, que valorize as diferenças, que inclua os segregados, que neutralize a exclusão do pós-contratualismo e do pré-contratualismo.

O autor refere-se ao surgimento de um Estado que partilhe democraticamente o trabalho, e que o redistribua globalmente e que possa proporcionar, de alguma forma, uma remuneração digna a maior parte de pessoas possíveis. Que o trabalho passe a ser reconhecido por elemento criativo e que volte a ser entendido como mecanismo de objetivação, bem como reinventar os movimentos sindicais para adequá-lo à realidade global da luta dos trabalhadores.

Santos (2002) também aponta na direção da necessidade de ruptura com os fascismos sociais, para uma nova maneira política mais ampla em que conte com ampla participação intergrupala, redes de interação e organizações estatais e não estatais, nacionais, locais e globais, tendo por base o olhar, a articulação e a proteção do Estado. Nesse

sentido, o Estado passa a ser mais um novo movimento que está a serviço da população e se preocupa com políticas distributivas, igualitárias, transformadas em forças democráticas que ao invés de permitir a privatização do próprio Estado, se preocuparia em executar ações de democratização e participação popular.

2. O Lulismo e um Reformismo Fraco

André Singer é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, onde graduou-se em Ciências Sociais e Jornalismo e obteve os títulos de mestre e doutor em Ciência Política. Foi jornalista da Folha de São Paulo e da Editora Abril entre 1980 e 2001, foi também porta-voz da Presidência da República e Secretário de Imprensa do Governo Lula (2003-2007).

No primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), André Singer foi encarregado da função de porta-voz da presidência da República. No segundo mandato, ele não mais ocupou este posto, voltando ao universo acadêmico, se posicionando, por hora, como analista do lulismo, na tentativa de compreender algo que, seria um pouco mais que uma adesão a um líder carismático. Singer aponta na direção de um projeto político complexo, que se apoiava na massa de excluídos e voltado para a atenção em relação a miséria, porém, com bastante cuidado no que tange ao enfrentamento de privilégios de determinados grupos, (como veremos a seguir). Essas análises e as devidas polemicas que as envolveram, estão grafadas no livro: “os sentidos do lulismo, reforma gradual e pacto conservador”, publicado pela companhia das letras (2012).

O autor no início do livro, faz uma caracterização do PT como partido de oposição com um discurso reformista forte e, até certo ponto radical, que propunha reformas profundas e intestinais, antes da primeira eleição, e que vai aos poucos encontrando caminho para reformas mais cuidadosas no que tange aos projetos políticos maiores e a tentativa de efetivar políticas de combate à fome e pobreza. Logo, esse PT que, posteriormente, foi notável por fazer amarras políticas e conseguir alianças entre partidos dissidentes, muito se caracterizava pela capacidade de diálogo do presidente Lula, que sim, fez acordos, alongou no governo, pactos e representações – mas, que, acima de tudo ainda manteve em pauta política a franca noção de atender aos projetos iniciais, ou seja, de combate à fome, de legitimidade a excluídos, de ascensão da pobreza etc. porém isso feito de forma mais moderada e nada radical. Ao analisar a eleição da presidente Dilma no primeiro mandato e sua imbricação com as políticas adotadas que acima mencionamos, Singer (2012, p.174) afirma

A discriminação regional confirma que o lulismo fincou raízes nas regiões pobres do Brasil (Norte e Nordeste). Assim, se é verdade que o resultado em favor de Dilma não teria sido possível sem contar com alguma representatividade em todos os locais, e em particular junto aos pobres de todas as regiões, a força do lulismo no Nordeste mostrou-se esmagadora, denotando, mais uma vez, estarmos em face de nossa questão setentrional, conforme aponte na introdução. Solidificou-se em 2010 uma polarização que é simultaneamente social e regional. Note-se que, no Sudeste, é em Minas Gerais, cuja parcela setentrional se aproxima socialmente do Nordeste, que Dilma consegue o seu melhor resultado no primeiro turno: 47% dos votos, contra 31% de Serra e 21% de Marina. A transferência de votos de Lula para Dilma entre os mais pobres e no Norte/Nordeste implica que o projeto político de reduzir a pobreza sem contestar a ordem, particularmente nos bolsões de atraso regional em que a pobreza se fixou ao longo da história brasileira, conquistou corações e mentes, tornando plausível a longa duração para o lulismo que venho supondo desde o início desta exposição.

O autor se propõe debater sobre os fundamentos que levam a pensar o significado e o impacto do lulismo na política

brasileira, identificando elementos materiais e ideológicos para interpretá-lo a partir de específicas questões, entre elas, pensemos se o lulismo incidirá sobre contradições centrais do capitalismo brasileiro. Contradições essas que se articulam entre a reprodução estrutural de uma sobre-população trabalhadora empobrecida permanentemente, no caso do Brasil, que representaria obstáculo ao desenvolvimento. A questão que se vivifica de forma primordial estaria posta, como foi possível destravar a economia e reduzir a iniquidade sem radicalização política, numa transição quase imperceptível do viés supostamente neoliberal do primeiro mandato para o reformismo do segundo? O autor aponta um caminho, ‘a adoção de um reformismo fraco, caminho intermediário entre o neoliberalismo e o reformismo forte’.

Singer (2012, p.180)

Uma decorrência de combater a pobreza e os desequilíbrios regionais, além de ativar o mercado interno onde ele estava mais deprimido, é reduzir a tremenda desigualdade brasileira. A opção de Lula pelos mais pobres revelaria não ser correta a avaliação que vê um caráter completamente neoliberal do seu governo, pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento da desigualdade. Procurei mostrar no capítulo precedente que as políticas de inclusão não teriam sancionado as fraturas sociais, mas sim favorecido a diminuição da desigualdade. Entretanto, para melhor compreender o lulismo, é necessário qualificar melhor o igualitarismo em marcha. As objeções ao que seria o traço igualitário do lulismo seguem três direções. A primeira contesta os próprios instrumentos de mensuração. A segunda atribui a meras políticas compensatórias, de natureza neoliberal, o avanço porventura obtido. A terceira reconhece algum progresso, mas reputa-o lento, a ponto de não significar mudança estrutural.

Segundo Singer (2012) apoiado em dados obtidos por outros autores, durante o governo Lula, ocorreria uma significativa redução da pobreza e desigualdade social a partir do indicativo de GINI, e questiona, esse índice seria suficiente para mensurar a desigualdade? Ou esse índice não refletiria apenas a distribuição da renda do trabalho, deixando ao largo a repartição da riqueza entre capital e trabalho, a chamada distribuição funcional, que teria continuado a se deslocar na direção do capital durante o governo Lula, aumentando a desigualdade? Essas são algumas das questões centrais postas pelos principais críticos do lulismo. Ocorre, porém, que os dados do Ipea também apontam na direção da redução da desigualdade social e diminuição da pobreza conforme referidos por João Sicsú e Marcio Pochmann que também constataram certa diminuição da desigualdade funcional da renda, isto é, a participação do trabalho na renda nacional aumentou também durante o governo Lula.

No ano 2000, a Cepal registrava, no Brasil que os 10% mais ricos ficavam com 47% da renda, posto que os 10% mais pobres, com 0,5%, uma diferença na época maior que a da África do Sul. A situação brasileira era, nesse aspecto, das mais graves no final do século XX. Aponta ainda o autor que, entre 2001 e 2009 a renda per capita dos 10% mais pobres aumentou 6,8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,5%. Em virtude disso, para 2009 os 10% mais ricos haviam ficado com 43% da riqueza nacional, segundo a renda domiciliar per capita, enquanto a proporção dos 10% mais pobres subira para 1%. Se observarmos esses dados, pode-se chegar a algumas conclusões, em primeiro que o avanço da desigualdade foi ainda bastante tímido, se comparado ao que se espera de um governo das esquerdas, mas, ao mesmo tempo representou uma significativa transformação no poder de compra e aquisição de bens das classes menos favorecidas e por outro lado, representou argumento de ódio ao governo pelas classes mais altas e parte da classe média, a ponto de articulação política para derrubada de um governo legítimo.

Outra corrente contesta o caráter igualitário do governo Lula e afirma que, mesmo aceitando-se algum progresso, os avanços teriam sido obtidos graças a políticas compensatórias de viés neoliberal. Porém, um dos fatores fundamentais na redução da desigualdade durante o governo Lula, foi o expressivo aumento do emprego e da renda, na qual a valorização do salário mínimo teve desenvolvimento crucial, e não as políticas compensatórias, fossem elas de viés neoliberal ou não. Diversos argumentos são formulados para pensar essa fase de governança, em outra delas, afirma o autor, reconhece que houve queda da desigualdade no Brasil, mas, afirma-se que ela é residual, deixando o grosso da problemática inalterada.

Durante aproximadamente duas décadas, o Brasil permaneceu parado num escalão elevado de desigualdade, por momentos o mais alto do mundo, desde os anos 1970 até o começo dos anos 2000. A herança da brutal desigualdade legada pelo século XX foi desembocar no governo Lula, com os 10% mais ricos se apropriando de quase 50% da riqueza e deixando aos 40% mais pobres apenas 8%.

Todavia, há de se considerar que um presidente eleito por um partido de orientação socialista tomasse medidas para provocar rápida adoção do que poderíamos chamar de reformismo forte, intensa redistribuição de renda num país obscenamente desigual. Aliás, essa fora sempre a pauta formativa do PT desde sua criação, diminuir as desigualdades, dar acesso à terra, redistribuição de renda, e criação de um Fundo Nacional de Solidariedade, e ainda, políticas de beneficiamento dos trabalhadores frente a exploração do capital.

Com a chegada ao poder, esse reformismo, como já fora dito, tomou o caráter de um reformismo fraco – frente ao que poderia ser feito, mas resultou ainda, mesmo assim, numa impactante transformação social na sociedade brasileira no que tange a distribuição de renda e diminuição da pobreza através de ampliação de créditos, valorização do salário mínimo, aumento do emprego formal, expansão do crédito imobiliário e rural, aprimoramento dos bancos públicos e fortalecimento das instituições de crédito. Por outro lado, se experienciou anseios não realizados, tais como, tributação de fortunas ou reforma tributária, o não enfrentamento ao capital, a não desapropriação de latifúndios para o alargamento da reforma agrária. Ou seja, houve reformas, mas, na visão do autor, se consistiram em reformismo fraco.

Esse aspecto que se consiste na principal tese do autor, “reformismo fraco”, não pode ser entendido por traição ou abandono, mas sim a diluição, a microfísica, a transformação celular do reformismo forte anteriormente proposto pelo partido dos trabalhadores.

Ao que parece, esse reformismo lulista tenta reformar e retomar questões fundamentais da ideologia do partido, mas com a característica de seu líder, ou seja, com a tentativa de venda da ideia de que não afetaria, aparentemente, nenhuma classe profundamente e nenhum interesse estabelecido, e acima de tudo, a tentativa de não confrontar diretamente os interesses do capital.

Em outras palavras, as eleições e a grande aceitabilidade do presidente Lula se devem a isso, por um lado não enfrenta o capital diretamente e por outro lado a diluição do reformismo de forma sutil, mas de alguma forma, eficiente que buscou, apesar de tudo, um combate à pobreza, mas sem, no entanto, colocar em risco a manutenção da ordem econômica.

3. Referências

Santos, B. de S. (2006), "La universidad en el siglo XXI. Para una reforma democrática y emancipadora de la universidad", *Umbrales. Revista del Postgrado en Ciencias del Desarrollo*, 15, 13-70.

HOBBS, T. (2003). *Leviatã*. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes.

ROUSSEAU, J.-J. (1757). *O contrato social*. In: *Oeuvres complètes*, tome III. Collection "Pléiade". Paris: Gallimard.

LOCKE, J. (1979). *Ensaio sobre o entendimento humano*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.

Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio.

Santos, B. de S. (2002), "El Estado y los modos de reproducción del poder social", *Nueva Época*, 2, 17-29

Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras.